

1 Contexto Operacional

A Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, com término em maio de 2079, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Certos montantes dos saldos comparativos na nota 22 custo e despesas por natureza foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que opera, gera e consome caixa.

2.3 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas no final do período de relatório. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre julgamentos críticos e as incertezas em relação às políticas contábeis adotadas que impactam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas 13 Imobilizado**

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* quando indicadores estão presentes. A redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

- **Nota 18 Compromissos de arrendamento**

A determinação de se um acordo é ou contém um arrendamento baseia-se na substância do acordo na data de início. A classificação do arrendamento como operacional ou financeira é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade dos referidos ativos, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

As estimativas decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 incluem estimativas significativas relacionadas aos prazos dos arrendamentos, à taxa de desconto dos fluxos futuros e outras variáveis que afetam a aplicabilidade da norma ou o seu impacto.

- **Nota 15 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- **Nota 25 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como taxa de juros, risco de liquidez e risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

- **Nota 17 Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.4 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia divulga as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (como por exemplo empréstimo em moeda estrangeira com estrutura de *hedge*);

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Coligadas (Equivalência patrimonial)	Participação direta e indireta	
	31/12/2018	31/12/2017
Termag S.A. ⁽ⁱ⁾	19,85%	19,85%
TGG S.A. ⁽ⁱ⁾	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer Ltda.	50,00%	50,00%

- (i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação. De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Os outros resultados abrangentes das investidas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

3.2 Títulos e valores mobiliários

As aplicações em títulos com vencimento superior a três meses na data da compra e outros títulos para os quais haja mais do que um insignificante risco de mudança de valor devido à taxa de juros, preço cotado ou multa no saque são classificados como títulos e valores mobiliários. Em geral, medimos o valor justo usando preços obtidos de serviços de precificação. Métodos e entradas de preços para modelos de avaliação usados pelos serviços de precificação dependem do tipo de garantia (ou seja, classe de ativos). Quando possível, os valores justos são gerados usando informações de mercado, incluindo preços cotados (o preço de fechamento em um mercado de câmbio), preços de compra (o preço pelo qual um comprador está pronto para comprar) e outras informações de mercado. Para títulos de renda fixa que não são negociados ativamente, os serviços de precificação usam métodos alternativos para determinar o valor justo dos títulos, incluindo cotações para títulos de renda fixa semelhantes, precificação matricial, fluxo de caixa descontado usando curvas de referência ou outros fatores. Em certos casos, quando os dados de mercado não estão disponíveis, podemos usar cotações de corretoras para determinar o valor justo.

Ganhos e perdas realizados e rendimentos de juros em todos os nossos títulos negociáveis, e ganhos e perdas não realizados em títulos não classificados como disponíveis para venda são registrados como receita de juros de serviços não financeiros e outras receitas/(perda), líquida.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor realizável líquido.

O custo compreende materiais diretos, mão-de-obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Imobilizado

- **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

- **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

- **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado do exercício, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, ou quando houver alteração significativa no padrão de consumo, previsto, tais como incidente relevante e obsolescência técnica. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil de reformas de material rodante (vagões e locomotivas), estimativa que passou a ser aplicada em 01 de janeiro de 2018.

3.5 Intangível

- **Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Despesas subsequentes**

As despesas subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Amortização**

Os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

3.8 Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

- **Benefícios pós-emprego**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

3.9 Receita

- **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

- **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

3.10 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

3.11 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

- **Ativos arrendados**

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

- **Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

3.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

3.13 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e

ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Impostos indiretos**

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos.

Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

3.14 Instrumentos financeiros

- **Derivativos**

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- ii. *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo se mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. Os movimentos na reserva de *hedge* no patrimônio líquido estão demonstrados na Nota 28 (c). O valor justo total de um derivado de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

Atualmente, a Companhia adota a contabilidade de *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo critério de valor justo por meio do resultado.

i. Derivativos que não se qualificam para contabilidade de *hedge*

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para contabilidade de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

A Companhia entra em relações de *hedge* onde os termos críticos do instrumento de *hedge* correspondem exatamente aos termos do item protegido. A Companhia, portanto, realiza uma avaliação qualitativa da eficácia. A ineficácia do *hedge* pode surgir se o momento da transação prevista for diferente do que foi originalmente estimado, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte derivativa.

• Mensurações de valor justo reconhecidas

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados ou cotações de revendedores para instrumentos similares.
- ii. para *swaps* de taxa de juros - o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis;
- iii. para *swaps* de moeda estrangeira - valor presente dos fluxos de caixa futuros com base nas taxas de câmbio a termo na data do balanço;
- iv. para opções em moeda estrangeira - modelos de precificação de opções; e
- v. para outros instrumentos financeiros - análise do fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas de valor justo feitas pela Companhia estão incluídas no nível 2.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível hierarquia de valor justo na qual as avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas premissas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.

Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da empresa são em títulos valores mobiliários e contratos de derivativos e títulos.

Nível 3: para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

3.15 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.16 Fluxos de caixa

- **Transações que não envolveram caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

A Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- (i) Compra de imobilizado à prazo no montante de R\$15.884 (R\$56.189 em 31 de setembro de 2017).

- **Classificação de juros e dividendos**

- i) A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações através do aumento dos dividendos recebidos de empresas coligadas.
- ii) Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois a Companhia considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

3.17 Mudanças nas políticas contábeis significativas

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros substitui o IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: (i) classificação e mensuração; (ii) imparidade; e (iii) contabilidade de *hedge*.

A Companhia aplicou o CPC 48 / IFRS 9 com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2018, retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo:

- A Companhia adotou a exceção de não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores em relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo perdas por redução ao valor recuperável). As diferenças nos saldos de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9 foram registradas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Assim, as informações apresentadas para 2017 geralmente não refletem os requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, mas os requerimentos do IAS 39;
- Determinadas definições foram feitas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da aplicação inicial: i) determinação do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido; ii) a designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- Todas as designações de relacionamento de hedge de acordo com o IAS 39 existentes em 31 de dezembro de 2017 atendem aos critérios de hedge de acordo com o IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018 e são, portanto, designadas como relações de hedge contínuas.

O impacto total sobre a Companhia em 1º de janeiro de 2018 é o seguinte:

Ativo

Contas a receber de clientes	(775)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	263

Patrimônio líquido

Lucros acumulados	512
-------------------	-----

a) Classificação e mensuração

Exceto por certos recebíveis comerciais, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio de resultado (VJR), custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam “apenas pagamentos de principal e juros” sobre o montante de capital em dívida.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

A avaliação dos modelos de negócio da Companhia foi efetuada a partir da data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018 e posteriormente aplicada retrospectivamente aos ativos financeiros que não foram desconhecidos antes de 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são unicamente compostos de principal e juros foi feita com base nos fatos e circunstâncias como no reconhecimento inicial dos ativos.

A contabilização dos passivos financeiros da Companhia permanece basicamente a mesma da IAS 39. Semelhante aos requisitos da IAS 39, o CPC 48 / IFRS 9 exige que contraprestações contingentes sejam tratadas como instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Os derivativos embutidos não são separados do ativo financeiro vinculado. Em vez disso, os ativos financeiros são classificados com base em seus termos contratuais e no modelo de negócios da Companhia.

A contabilização de derivativos embutidos em passivos financeiros e em contratos não financeiros vinculados não mudou do exigido pela IAS 39.

b) Impairment

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 alterou fundamentalmente a contabilização da Companhia para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

A Companhia reconhece uma provisão para perda de crédito esperada para seu contas a receber. É aplicada a abordagem simplificada da norma e calculadas as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A adoção dos requisitos de perda de crédito esperada do CPC 48 / IFRS 9 resultou em aumento nas provisões para perdas da Companhia no montante de R\$659. O aumento na provisão resultou em ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$512.

A redução ao valor recuperável, enquadra-se entre as isenções do princípio geral de aplicação desta norma para exercício comparativos. A Companhia utilizou o modelo de transição sem representação de saldo comparativo, reconhecendo os impactos da adoção da norma nas reservas de lucros.

c) Hedge accounting

A Companhia aplicou o *hedge accounting* prospectivamente. Na data da aplicação inicial, todas as relações de cobertura existentes da Companhia eram elegíveis para serem tratadas como relações de cobertura contínua. Consistente com exercícios anteriores, a Companhia continuou a designar a mudança no valor justo de todo o contrato a termo nas relações de *hedge* de valor justo da Companhia e, como tal, a adoção dos requisitos de contabilização de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9 não teve impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia, ao avaliar os contratos com cliente, utiliza julgamento para identificar se os contratos podem ser combinados, se há modificações de contratos, determinar serviços distintos e se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou em determinado momento, se há descontos implícitos no contato e determinar componentes de financiamento significativos. Além disso, a Companhia faz uso de estimativas ao determinar a contraprestação variável e seus preços de serviços individuais quando utilizar metodologia de alocação.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados efeitos significativos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 que afetassem essas demonstrações financeiras.

Registramos todas as vendas de serviços somente quando um contrato ou acordo está em vigor, à medida que os serviços são prestados e a cobrança do preço de serviço fixo ou determinável está razoavelmente assegurado. Nós reconhecemos qualquer perda que esperamos incorrer nestes acordos quando essa perda for provável.

A Companhia não espera ter nenhum contrato em que o período entre a transferência dos serviços prometidos para o cliente e o pagamento pelo cliente exceda um ano sem aplicação de índices de correção. Como consequência, a Companhia não ajusta nenhum dos preços das transações pelo valor do dinheiro no tempo.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Certas normas novas e alterações às normas são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019 e a aplicação antecipada é permitida; no entanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações às normas na preparação destas demonstrações financeiras.

4.1 CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (correspondente ao IFRS-16 - Leasing)

Esses padrões alteram o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. Ela exige que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. Durante o ano de 2018, a Companhia concluiu os preparativos para os novos requisitos da IFRS 16.

A Companhia arrenda diversas propriedades, equipamentos e carros. Os contratos de aluguel são normalmente feitos por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem *covenants*, mas os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é depreciado pelo método linear durante a vida útil, determinada pelo menor entre a vida do ativo e o prazo do arrendamento.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de aluguel:

- i. pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- ii. pagamento de aluguel variável que é baseado em um índice ou uma taxa;
- iii. montantes esperados a pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- iv. o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção, e
- v. pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir que o arrendatário exercerá essa opção.

Os pagamentos da locação serão descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os ativos de direito de uso serão mensurados ao custo, incluindo:

- i. o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- ii. quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes ou na data de início, menos quaisquer incentivos recebidos;
- iii. quaisquer custos diretos iniciais e;
- iv. custos de restauração.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor continuarão a ser reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor compreendem equipamentos de informática e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários arrendamentos de propriedades e equipamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o período do contrato a Companhia algumas vezes fornece garantias de valor residual em relação aos arrendamentos de equipamentos.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). O impacto inicial aproximado (aumento/(redução)) da adoção do CPC 06 (R2) está estimado em:

	<i>Range</i>		
Ativos			
Ativos de direito de uso	200.000	a	210.000
	200.000		210.000
Passivos			
Arrendamento a pagar	200.000	a	210.000
	200.000		210.000
Impacto no patrimônio líquido	-	a	-

A Companhia aplicará o IFRS 16 usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não será atualizada e continuará a ser apresentada sob o IAS 17 e IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis de acordo com o IAS 17 e IFRIC 4 serão divulgados separadamente se forem diferentes daquelas sob o IFRS 16.

4.2 IFRS 17 - Contratos de seguros

Esta norma introduz um novo modelo para contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com valores comparativos exigidos. Com base em trabalhos preliminares, estimamos que o impacto será irrelevante. Estamos no processo de revisar nossos acordos existentes para determinar o impacto na adoção.

4.3 Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação da CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos ao tratamento de juros e penalidades associados a impostos incertos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

4.4 Alterações ao CPC 48 / IFRS 9: Características de pré-pagamento com compensação negativa

Um instrumento de dívida pode ser mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de SPPI) e o instrumento é realizado dentro do modelo de negócios apropriado para essa classificação. As alterações esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI, independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente de qual parte paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Essas alterações não têm impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4.5 Alterações ao CPC 33/ IAS 19: Características de pré-pagamento com compensação negativa

As alterações à IAS 19 abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando um aditivo ao plano, redução ou liquidação ocorre durante o período de uma entidade é obrigada a:

- Determinar o custo do serviço corrente pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais usadas para medir novamente o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
- Determinar juros líquidos pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, utilizando: o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos sob o plano e os ativos do plano após esse evento; e a taxa de desconto utilizada para medir novamente esse passivo (ativo) líquido de benefício definido.

As alterações também esclarecem que uma entidade primeiro determina qualquer custo do serviço passado, ou um ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do teto do ativo. Esse valor é reconhecido no resultado. Uma entidade então determina o efeito do teto do ativo após a alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos, é reconhecida em outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações do plano ocorridas no ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. Estas alterações aplicar-se-ão apenas a futuras alterações, reduções ou liquidações.

4.6 Melhorias anuais ao ciclo de normas IFRS 2015-2017

- **CPC 32/IAS 12 Imposto de renda**

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda dos dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações passadas ou eventos que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos acionistas. Portanto reconhece os efeitos do imposto de renda sobre os dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido de acordo com o local em que a entidade originalmente reconheceu aquelas transações ou eventos passados.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019.

- **CPC 20/IAS 23 Custos de empréstimos obtidos**

As alterações esclarecem que uma entidade trata como parte de empréstimos em geral qualquer empréstimo originalmente feito para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar aquele ativo para o uso pretendido ou a venda estiverem completas.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. A prática atual da está alinhada com essas alterações.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	74	352
Aplicações financeiras	75.922	153.016
	75.996	153.368

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento em três meses ou menos a partir da data de aquisição que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor justo e são utilizados pela Companhia na administração de seus compromissos de curto prazo. Os equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Certificado de depósitos bancários - CDB	75.922	153.016
	75.922	153.016

6 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos e valores mobiliários

	31/12/2018	31/12/2017
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	1.944.763	1.590.176
	1.944.763	1.590.176

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

Caixa restrito

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações vinculadas a empréstimos	31.254	95.019
Valores depositados em garantia	2.095	117
	33.349	95.136

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes terceiros	157.908	191.851
Clientes partes relacionadas (Nota 10)	109.100	23.114
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(13.883)	(14.065)
	253.125	200.900
Circulante	253.090	200.900
Não circulante	35	-

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	130.290	118.380
Vencidas		
Até 30 dias	12.445	53.198
De 31 a 60 dias	412	458
De 61 a 90 dias	2.236	2.380
Mais de 90 dias	12.525	17.435
	157.908	191.851

A movimentação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro 2017	(2.034)
Adições	(16.720)
Reversões	4.689
Saldo em 01 de janeiro 2018	(14.065)
Adições	(7.352)
Reversões	7.534
Saldo em 31 de dezembro 2018	(13.883)

8 Outros tributos a recuperar

Os ativos fiscais correntes incluem principalmente (i) efeitos fiscais que são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto de renda que se espera que sejam recuperados como restituições de autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	185.729	110.108
ICMS ⁽ⁱ⁾	18.246	19.138
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	9.312	7.103
Outros	350	401
	<u>213.637</u>	<u>136.750</u>
Circulante	108.533	101.284
Não circulante	105.104	35.466
	<u>213.637</u>	<u>136.750</u>

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

9 Adiantamento a fornecedores

O saldo dos adiantamentos a fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	-	13.419
Fornecedores partes relacionadas (Nota 10) ⁽ⁱ⁾	2.692.407	2.492.196
Total	<u>2.692.407</u>	<u>2.505.615</u>
Circulante	359.312	315.796
Não circulante	<u>2.333.095</u>	<u>2.189.819</u>

(i) Os adiantamentos a fornecedores são referentes a partilha de fretes, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

10 Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	100.565	18.060
Raízen Combustível S.A.	493	883
Rumo Malha Sul S.A.	1.298	1.259
Rumo S.A.	1.311	1.164
Brado Logística S.A.	941	1.402
Elevações Portuárias S.A.	131	-
Outros	4.361	346
	<u>109.100</u>	<u>23.114</u>
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	300.000	300.000
Rumo Malha Sul S.A.	56.935	-
Outros	2.377	2.378
	<u>359.312</u>	<u>302.378</u>
Ativo circulante	<u>468.412</u>	<u>325.492</u>
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Sul S.A.	-	113.334
Portofer Transp. Ferrov. Ltda	122.723	68.859
Rumo Malha Paulista S.A.	2.206.907	2.004.920
Outros	3.465	2.705
	<u>2.333.095</u>	<u>2.189.818</u>
Mútuo		
Rumo Malha Sul S.A.	649.639	1.158.867
	<u>649.639</u>	<u>1.158.867</u>
Debêntures privadas		
Rumo S.A.	714.756	663.065
	<u>714.756</u>	<u>663.065</u>
Ativo não circulante	<u>3.697.490</u>	<u>4.011.750</u>
Total do ativo	<u>4.165.902</u>	<u>4.337.242</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo		
Fornecedores		
Portofer Transp. Ferrov. Ltda.	128.690	57.252
Rumo Malha Paulista S.A.	19.700	113.488
Raízen Combustíveis S.A.	14.078	17.591
Rumo Malha Sul S.A.	57.631	36.018
Rumo S.A.	6.953	19.984
Brado Logística S.A.	3.424	3.449
Outros	2.152	1.352
	<u>232.628</u>	<u>249.134</u>
Debêntures privadas		
Rumo Malha Oeste S.A.	188.299	-
	<u>188.299</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	<u>420.927</u>	<u>249.134</u>
Debêntures privadas		
Rumo Malha Oeste S.A.	-	186.526
	<u>-</u>	<u>186.526</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>186.526</u>
Total do passivo	<u>420.927</u>	<u>435.660</u>

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Rumo Malha Paulista S.A.	256.088	239.783
Rumo Malha Sul S.A.	1.945	3.943
Brado Logística S.A.	22.195	14.981
Raízen Energia S.A.	4.832	9.742
Raízen Combustíveis S.A.	12.882	10.102
Outras	1.148	466
	<u>299.090</u>	<u>279.017</u>
Compras de serviços		
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(1.437.497)	(1.265.337)
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(103.966)	(124.310)
Rumo S.A.	(12.000)	(12.000)
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(38.887)	(29.002)
Outras	(4.305)	(4.314)
	<u>(1.596.655)</u>	<u>(1.434.963)</u>
Despesas compartilhadas ^(v)		
Rumo Malha Sul S.A.	(117.639)	(49.532)
Portofer Transp. Ferroviário	(38.985)	(30.297)
Rumo S.A.	(15.022)	-
Outras	(5.379)	(6.698)
	<u>(177.025)</u>	<u>(86.527)</u>
Resultado financeiro		
Rumo Malha Sul S.A.	90.770	119.003
Rumo S.A.	51.691	80.663
Rumo Malha Oeste S.A.	(14.356)	(21.518)
	<u>128.105</u>	<u>178.148</u>

- (i) A prestação de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 refere principamnete à transporte contrada em condições de mercado.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, acordados em condições contratuais.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, adquiridos em condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (v) Referem-se a rateios corporativos e do centro de serviços compartilhados Raízen.

c) Remuneração da administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$12.703 (R\$14.916 em 31 de dezembro de 2017), sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

11 Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$10, totalizando R\$450.000 emitidas pela sua controladora como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	31/12/2018	31/12/2017
Debêntures privadas - Rumo S.A. (Nota 10)	06/01/2015	450.000	06/01/2020	CDI+1,30% a.a	714.756	663.065

O saldo de atualização financeira em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$51.691 (R\$67.663 em 31 de dezembro de 2017).

12 Investimentos em coligadas

	Número de ações da investida	Ações da Companhia	Percentual de participação	Saldo em 01 de janeiro de 2018	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	4.464	729	-	-	5.193
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	17.542	4.987	(2.928)	-	19.601
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	15.647	4.005	(3.609)	-	16.043
Portofer	100.503.066	50.251.533	50,00%	44.690	-	-	(19)	44.671
Total				82.343	9.721	(6.537)	(19)	85.508

	Número de ações da investida	Ações da Companhia	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	7.669	(3.205)	-	-	4.464
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	18.370	5.479	(6.307)	-	17.542
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	16.998	1.335	(2.691)	5	15.647
Portofer	100.503.066	50.251.533	50,00%	44.690	-	-	-	44.690
Total				87.727	3.609	(8.998)	5	82.343

Informação das investidas

	31/12/2018			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Termag S.A.	227.721	201.759	25.962	15.445
Terminal XXXIX	45.240	13.155	32.085	5.094
TGG S.A.	247.795	51.791	196.004	39.619
Portofer	335.368	246.024	89.344	-

	31/12/2017			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Termag S.A.	178.152	155.833	22.319	7.295
Terminal XXXIX	44.940	13.661	31.279	2.765
TGG S.A.	240.075	53.110	186.965	43.210
Portofer	235.414	146.034	89.380	-

13 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i) / (ii)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	111.412	171.083	3.499.868	2.460.172	382.169	10.684	6.635.388
Adições	-	-	-	-	579.562	-	579.562
Baixas	-	(4.021)	(49.923)	-	-	-	(53.944)
Transferências	135.337	82.287	325.726	126.274	(676.573)	571	(6.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	246.749	249.349	3.775.671	2.586.446	285.158	11.255	7.154.628
Valor de depreciação:							
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(35.082)	(51.492)	(1.043.179)	(839.384)	-	(9.010)	(1.978.147)
Adições	(14.486)	(16.517)	(287.770)	(140.532)	-	(1.406)	(460.711)
Baixas	-	4.021	42.922	-	-	-	46.943
Transferências	-	-	4.598	-	-	871	5.469
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(49.568)	(63.988)	(1.283.429)	(979.916)	-	(9.545)	(2.386.446)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	76.330	119.591	2.456.689	1.620.788	382.169	1.674	4.657.241
Saldo em 31 de dezembro de 2018	197.181	185.361	2.492.242	1.606.530	285.158	1.710	4.768.182

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i) / (ii)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldos em 01 de janeiro de 2017	105.944	106.762	3.193.203	2.412.390	102.573	16.614	5.937.486
Adições	-	-	13.742	-	757.089	-	770.831
Baixas	-	(4.780)	(1.607)	(3.695)	(27.810)	(6.791)	(44.683)
Transferências	5.468	69.101	294.530	51.477	(449.683)	861	(28.246)
Em 31 de dezembro de 2017	111.412	171.083	3.499.868	2.460.172	382.169	10.684	6.635.388
Valor de depreciação:							
Saldos em 01 de janeiro de 2017	(33.290)	(44.152)	(839.606)	(688.320)	-	(7.847)	(1.613.215)
Adições	(5.330)	(11.885)	(232.260)	(151.255)	-	(691)	(401.421)
Baixas	-	4.551	1.607	749	-	2.500	9.407
Transferências	3.538	(6)	27.080	(558)	-	(2.972)	27.082
Em 31 de dezembro de 2017	(35.082)	(51.492)	(1.043.179)	(839.384)	-	(9.010)	(1.978.147)
Saldos em 01 de janeiro de 2017	72.654	62.610	2.353.597	1.724.070	102.573	8.767	4.324.271
Saldos em 31 de dezembro de 2017	76.330	119.591	2.456.689	1.620.788	382.169	1.674	4.657.241

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

(ii) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, vagões e locomotivas no montante de R\$ 191.965 foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 14).

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 3.973 (Não houve custos de empréstimos capitalizados em 31 de dezembro de 2017). A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 8,61% a.a até 31 de dezembro de 2018.

Análise de perda ao valor recuperável

Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão. A data base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 nenhum ativo teve seu valor reduzido por perda de valor recuperável. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2018	31/12/2017	Vencimento
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	9,65%	948.036	848.653	dez-29
Finame (BNDES)	Pré-fixado	2,80%	80.630	99.255	jan-24
NCE	112,00% do CDI	7,18%	-	59.858	dez-18
	125,00% do CDI	8,06%	646.024	644.766	dez-23
	126,00% do CDI	8,13%	514.817	-	dez-23
	CDI + 3,50%	10,11%	-	294.968	dez-18
	Pré-dólar (US\$)	7,38%	3.085.576	2.594.751	fev-24
Bancos Comerciais	Pré-dólar (US\$) ⁽ⁱⁱ⁾	5,88%	2.028.833	-	jan-25
	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,33%	15.499	13.232	jun-19
	CDI + 4,91% a.a.	12,14%	-	98.078	mar-18
			7.319.415	4.653.561	
Debentures					
Debêntures não conversíveis	108,00% do CDI	6,92%	-	57.172	jul-18
	Pré-fixado	13,13%	-	163.750	mar-18
	CDI + 3,50%	10,11%	-	1.359.125	mai-18
	128,00% do CDI ^(iv)	8,26%	501.064	499.576	dez-25
Debêntures privadas - Rumo Malha Oeste (Nota 10)	CDI + 1,50%	7,99%	188.299	186.526	mai-19
			689.363	2.266.149	
Total			8.008.778	6.919.710	
Circulante			494.125	679.970	
Não circulante			7.514.653	6.239.740	

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

(ii) Essa dívida tem contratos de swap para 144% do CDI que representa uma taxa média de 10,13% a.a.

(iii) Dívida com swap para 135% do CDI que representa uma taxa média de 9,41% a.a.

(iv) Dívida com swap para 109% do CDI que representa uma taxa média de 7,59% a.a.

Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais da Companhia e fianças bancárias nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 2,55% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$342.079 (R\$426.439 em 31 de dezembro de 2017).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 6,40% e TJLP de 6,98%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2018	31/12/2017
13 a 24 meses	353.586	518.088
25 a 36 meses	367.053	831.862
37 a 48 meses	502.347	687.828
49 a 60 meses	657.066	658.911
61 a 72 meses	3.188.572	479.523
73 a 84 meses	2.157.792	2.698.726
85 a 96 meses	83.575	151.666
A partir de 97 meses	204.662	213.136
	7.514.653	6.239.740

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2018	31/12/2017
Reais (R\$)	2.878.870	4.311.727
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	5.129.908	2.607.983
Total	8.008.778	6.919.710

(i) Em 31 de dezembro de 2018, todas as dívidas com data denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Saldo em 01 de janeiro de 2017	4.911.985
Captações	3.631.399
Amortização de principal	(1.922.383)
Pagamento de juros	(642.813)
Atualização monetária, cambial e valor justo	941.522
Saldo em 01 de janeiro de 2018	6.919.710
Captações	2.411.640
Amortização de principal	(2.168.535)
Pagamento de juros	(501.051)
Atualização monetária, cambial e valor justo	1.347.014
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.008.778

BNDES

Correspondem a recursos captados destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- **FINAME** – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

NCE

Em 26 de janeiro de 2018, a Companhia realizou captação de recursos junto ao Banco Bradesco S.A, através de uma Nota de Crédito à Exportação, no valor total de R\$500.000, com vencimento em dezembro de 2023 e sobre o saldo devedor incidirá juros de 126% da taxa diária do CDI- Certificado de Depósito Interfinanceiro, pagos semestralmente.

Em 27 de abril de 2018, a Companhia emitiu uma Nota de Crédito à Exportação, no valor total de US\$ 500.000, com vencimento em janeiro de 2025 e juros de 5,875% ao ano, pagos semestralmente. Visando proteger a Companhia de possíveis flutuações das taxas de câmbio, este empréstimo está 100% protegido utilizando operações com derivativos, swaps de fluxo de caixa, trocando o risco cambial da moeda estrangeira (USD) por moeda local (BRL) e taxa de juros pré-fixada por percentuais do CDI (taxas mercado local), a um custo de 127,07 % do CDI.

Linha de crédito não utilizada

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$974.021 (R\$15.250 em 31 de dezembro de 2017).

Cláusulas Restritivas (“financial covenants”)

A Companhia, juntamente com sua controladora Rumo, está sujeita a determinadas cláusulas contratuais, sob os termos das principais linhas de empréstimos. As principais e mais restritivas cláusulas que a Companhia está obrigada a cumprir estão demonstradas no quadro a seguir, e os indicadores são medidos de forma consolidada na controladora Rumo:

Dívida	Meta	Índice
BNDES	Dívida Financeira Líquida/ EBITDA $\leq 4,0x$ em dezembro de 2018	2,06
BNDES	EBITDA/ Resultado Financeiro Consolidado $\geq 1,40x$ em dezembro de 2018	2,68

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.036.113	613.899
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(352.278)	(208.726)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Equivalência patrimonial	3.305	1.227
Efeito de amortização do direito de concessão	10.079	10.079
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	278	56
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	50.036	74.347
Outros	4.488	5.672
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(284.092)	(117.345)
Taxa efetiva	27,42%	19,11%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	26.132	49.302
Base negativa de contribuição social	8.912	17.500
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	11.354	14.273
Provisão para perda ao valor recuperável	8.586	13.152
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	4.720	4.782
Provisões para não realização de impostos	24.654	20.077
Provisões de participações no resultado	3.625	2.754
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	136.006	124.031
Ajuste valor justo sobre dívidas	57.298	23.855
Diferenças temporárias sobre outras provisões	14.148	11.924
Outros	47.084	49.199
Tributos diferidos - Ativos	342.519	330.849
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(47.111)	(47.111)
Créditos passivos de diferenças temporárias:		
Arrendamento mercantil	(74.932)	(94.001)
Resultado não realizado com derivativos	(306.479)	(13.833)
Tributos diferidos - Passivos	(381.411)	(107.834)
Total de tributos diferidos registrados	(86.003)	175.904
Diferido ativo	-	175.904
Diferido passivo	(86.003)	-

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituída uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nenhuma provisão foi reconhecida. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

Saldo em 01 de janeiro de 2017	264.809
Resultado	(88.905)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	175.904
Resultado	(262.256)
Adoção inicial IFRS 9	264
Passivo atuarial	85
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(86.003)

16 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de serviços e materiais	289.257	395.259
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	14.689	17.610
Outros	5.913	926
Total	309.859	413.795
Fornecedores	77.231	164.661
Fornecedores partes relacionadas (Nota 10)	232.628	249.134
	309.859	413.795

17 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017
Tributária	11	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	5.290	15.325
Trabalhistas	25.184	23.517
	30.485	38.842

	Depósitos judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017
Tributária	2.338	999
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.288	938
Trabalhistas	24.554	21.001
	28.180	22.938

Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Tributária	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	12.374	22.902	35.276
Provisionados no exercício	126	510	14.391	15.027
Baixas por reversão / pagamento	(126)	(114)	(17.497)	(17.737)
Atualização monetária	-	2.555	3.721	6.276
Saldo em 01 de janeiro de 2018	-	15.325	23.517	38.842
Provisionados no exercício	13	961	9.846	10.820
Baixas por reversão / pagamento	(2)	(5.861)	(11.028)	(16.891)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	-	(5.135)	2.849	(2.286)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11	5.290	25.184	30.485

(i) Inclui baixa de juros

a) Tributárias

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS - Exportação ⁽ⁱ⁾	92.644	83.423
Plano de Opção de Compra de Ações	9.765	9.391
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	91.908	70.073
ICMS TAD ⁽ⁱⁱⁱ⁾	66.880	62.646
CSRF/IRRF Lei 13.043/2014	14.144	-
Outros	19.368	27.653
	294.709	253.186

- (i) O fisco estadual autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iii) O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. Conforme demonstrado pela empresa, na verdade, as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea, razão pela qual são improcedentes tais autuações.

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis ⁽ⁱ⁾	27.675	17.987
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	1.443	922
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	71.133	61.750
	100.251	80.659

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/12/2018	31/12/2017
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	55.190	58.269
	55.190	58.269

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

18 Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia possui contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamento financeiro são:

	31/12/2018				31/12/2017
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total	Total
Pagamentos mínimos futuros	154.297	421.308	165.839	741.444	1.185.945
Material rodante	135.998	348.111	101.790	585.899	1.012.102
Terminal	18.299	73.197	64.049	155.545	173.843
Juros na parcela	(53.250)	(128.878)	(26.459)	(208.587)	(297.697)
Material rodante	(43.412)	(98.797)	(16.567)	(158.776)	(237.279)
Terminal	(9.838)	(30.081)	(9.892)	(49.811)	(60.418)
Valor presente dos pagamentos mínimos	101.047	292.430	139.380	532.857	888.248
Circulante				101.047	232.669
Não circulante				431.810	655.579

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Saldo em 01 de janeiro de 2017	1.149.903
Atualização juros	135.996
Amortização de principal	(209.994)
Pagamento de juros	(187.657)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	888.248
Atualização juros	113.671
Amortização de principal	(335.829)
Pagamento de juros	(133.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	532.857

Arrendamentos operacionais

Bens	Total dos pagamentos mínimos futuros			
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	31/12/2018	31/12/2017
Locomotivas	678	509	1.187	1.695
Vagões	2.047	3.411	5.458	7.049
Total	2.725	3.920	6.645	8.744

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

19 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas, 76.088.610 ações preferenciais nominativas “A” e 5.625.683 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

b. Incentivos fiscais – SUDAM

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2018 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 50.036 (R\$74.347 em 31 de dezembro de 2017).

c. Lucros acumulados

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	752.021	496.554
Destinações:		
Transferência para reserva legal	(37.601)	(24.828)
Transferência para incentivos fiscais	(50.036)	(74.347)
Transferência para reserva para investimentos	(479.532)	(279.507)
Dividendos	-	(117.932)
Dividendos intercalares	(185.000)	-
Custo atribuído	148	60
	<u>-</u>	<u>-</u>

Não foram destinados dividendos mínimos obrigatórios devido a Companhia ter declarado dividendos intercalares que superam os 25% assegurados pelo artigo 202 da Lei 6.404/76.

d. Dividendos

Em 26 de abril de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a distribuição de dividendos, mediante a lucros acumulados no montante de R\$397.440, os quais R\$100.000 já foram distribuídos como dividendos intercalares, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em julho de 2017 e R\$297.440 foram liquidados no ano de 2018.

Em 22 de agosto de 2018, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho Administrativo a distribuição de dividendos intercalares com base no resultado de 30 de junho de 2018 no valor de R\$185.000, dos quais já foram liquidados R\$184.050 dentro do ano de 2018.

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. Não foram identificados itens com possíveis efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico e diluídos são iguais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Básico e diluído

	31/12/2018	31/12/2017
Numerador		
Resultado líquido do exercício	752.021	496.554
Por ação ordinária	695.904	459.500
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	52.583	34.720
Por ação preferencial "B"	3.534	2.234
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.107.698	1.107.698
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	76.089	76.089
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.626	5.626
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	0,62824	0,41482
Por ação preferencial "A"	0,69107	0,45631
Por ação preferencial "B"	0,62824	0,41482

21 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta na venda de serviços	3.971.932	3.485.696
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(125.839)	(113.229)
Receita operacional líquida	<u>3.846.093</u>	<u>3.372.467</u>

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Transporte de carga e acessórios	3.621.777	3.163.655
Outros	224.316	208.812
Receita operacional líquida	<u>3.846.093</u>	<u>3.372.467</u>

22 Custo e despesas por natureza

A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas com pessoal	(153.639)	(128.298)
Depreciação e amortização	(460.711)	(402.234)
Despesas com serviços de terceiros	(42.497)	(40.165)
Material de uso e consumo	(68.516)	(72.206)
Arrendamento mercantil	(3.030)	(5.618)
Despesas com transporte e elevação	(1.449.075)	(1.267.818)
Outras despesas	(145.843)	(103.600)
	<u>(2.323.311)</u>	<u>(2.019.939)</u>

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(2.226.773)	(1.967.867)
Despesas comerciais	(665)	(12.076)
Despesas gerais e administrativas	(95.873)	(39.996)
	<u>(2.323.311)</u>	<u>(2.019.939)</u>

23 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(715.216)	(795.961)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(634.760)	(125.643)
Resultado com derivativos e valor justo	740.225	99.469
Amortização do gasto de captação	(34.951)	(35.001)
Fianças e garantias sobre dívidas	(12.582)	(13.699)
	(657.284)	(870.835)
Rendimento de aplicação financeira	109.579	133.880
	109.579	133.880
Custo da dívida, líquida	(547.705)	(736.955)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	159.793	197.861
Arrendamento mercantil	(78.491)	(106.436)
Despesas bancárias e outros	(1.286)	(31.221)
Certificado de recebíveis imobiliários	(4.908)	(17.614)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(433)	(11.282)
Variação cambial	(1.418)	3.053
Juros sobre outras obrigações	(36.882)	(49.085)
	36.375	(14.724)
Resultado financeiro, líquido	(511.330)	(751.679)
Despesas financeiras	(884.748)	(1.075.700)
Receitas financeiras	269.371	347.142
Variação cambial	(636.178)	(125.093)
Derivativos	740.225	101.972
Resultado financeiro, líquido	(511.330)	(751.679)

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Constituição de provisão para demandas judiciais	(7.855)	(10.056)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	30.623	873
Ressarcimento seguro	-	20.765
Outras receitas (despesas) líquidas	(7.828)	(2.141)
	14.940	9.441

25 Instrumentos financeiros

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da empresa é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Riscos de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	1.944.763	1.590.176
Instrumentos financeiros derivativos	892.139	107.440
	<u>2.836.902</u>	<u>1.697.616</u>
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	75.996	153.368
Contas a receber de clientes	253.125	200.900
Recebíveis de partes relacionadas	649.639	1.158.867
Debêntures privadas	714.756	663.065
Caixa restrito	33.349	95.136
	<u>1.726.865</u>	<u>2.271.336</u>
Total	<u>4.563.767</u>	<u>3.968.952</u>

Passivos**Custo amortizado**

Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.894.369	4.324.959
Arrendamento mercantil	532.857	888.248
Certificado de recebíveis imobiliários	-	81.939
Fornecedores	309.859	413.795
Outros passivos financeiros	28.638	37.105
Dividendos a pagar	1.169	19.717
Parcelamento de débitos - REFIS	1.981	3.240
	3.768.873	5.769.003

Valor justo por meio do resultado

Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.114.409	2.594.751
	5.114.409	2.594.751

Total

	8.883.282	8.363.754
--	------------------	------------------

Durante o exercício, não houve reclassificação entre categorias, de valor justo por meio do resultado e custo amortizado apresentadas acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e aleatórias nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição aos riscos de juros e câmbio da Companhia estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	-	160.000	-	1.349
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	4.146.145	2.405.595	892.139	106.091
Total de instrumentos contratados pela Companhia	4.146.145	2.565.595	892.139	107.440

(a) Risco de crédito

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱⁱ⁾	75.996	153.368
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	1.944.763	1.590.176
Caixa restrito ⁽ⁱⁱ⁾	33.349	95.136
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	253.125	200.900
Debentures privadas	714.756	663.065
Recebíveis de partes relacionadas	649.639	1.158.867
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	892.139	107.440
	<u>4.563.767</u>	<u>3.968.952</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o valor registrado, como demonstrado na nota 14, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2018</u>
AA	77.913
AAA	2.868.334
Total	<u>2.946.247</u>

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2018				31/12/2017
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(683.406)	(879.429)	(2.912.940)	(5.879.122)	(10.354.897)
Fornecedores	(309.859)	-	-	-	(309.859)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(28.638)	-	-	-	(28.638)
Parcelamento de débitos - REFIS	(402)	(407)	(628)	(713)	(2.150)
Arrendamento mercantil	(162.799)	(151.722)	(304.120)	(195.777)	(814.418)
Certificado recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	(1.169)	-	-	-	(1.169)
Instrumentos financeiros derivativos	(28.270)	(64.606)	(367.066)	1.306.072	846.130
	(1.214.543)	(1.096.164)	(3.584.754)	(4.769.540)	(10.665.001)

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$28.638 (R\$37.105 em 31 de dezembro de 2017). Essas operações tiveram o Banco Itaú e o Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 7,47% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

I. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.968.371)
Instrumentos financeiros derivativos	4.952.872
Exposição cambial, líquida	(15.499)

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

No cenário provável a Companhia utiliza o dólar projetado por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2019. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável:

	31/12/2018	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	3,8748	3,7500	4,6875	5,6250	2,8125	1,8750

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2018, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivos ou negativos no resultado, antes dos impostos. Os cenários com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável como segue:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Instrumentos financeiros derivativos	Flutuação do dólar	(159.523)	1.198.337	2.396.675	(1.198.337)	(2.396.675)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do dólar	160.022	(1.202.087)	(2.404.175)	1.202.087	2.404.175
Impactos no resultado do exercício		499	(3.750)	(7.500)	3.750	7.500

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A Companhia utiliza os seguintes cenários para as taxas de juros:

	31/12/2018				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	7,65%	9,56%	11,48%	5,74%	3,83%
CDI	7,65%	9,56%	11,48%	5,74%	3,83%
TJLP	6,40%	8,00%	9,60%	4,80%	3,20%
IPCA	4,12%	5,15%	6,18%	3,09%	2,06%

O cenário provável considerado pela Companhia utiliza as projeções de mercado feitas por consultoria externa especializada (Tendências).

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

	31/12/2018				
Exposição taxa de juros⁽ⁱ⁾	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	5.814	1.453	2.907	(1.453)	(2.907)
Títulos e valores mobiliários	148.774	11.381	871	(11.381)	(871)
Caixa restrito	2.551	638	1.276	(638)	(1.276)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(188.076)	(47.019)	(94.038)	47.019	94.038
Certificado recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	(18.000)	(3.745)	(7.489)	3.745	7.489
Instrumentos financeiros	(354.895)	(647.751)	(1.212.532)	745.876	1.608.301
Impactos no resultado do exercício	(403.832)	(685.043)	(1.309.005)	783.168	1.704.774

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 6,40% a.a. e 6,98% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 14.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”) e acrescenta taxas de desconto que refletem o risco de crédito contraparte que são aplicados em cada um dos vencimentos no cálculo do valor justo de todos os instrumentos financeiros. A Companhia adota os ratings das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio rating para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de rating, como premissa necessária para extrair a probabilidade de *default*.”

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
	Valor contábil		31/12/2018	31/12/2017
	31/12/2018	31/12/2017	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	1.944.763	1.590.176	1.944.763	1.590.176
Instrumentos financeiros derivativos	892.139	107.440	892.139	107.440
Total	2.836.902	1.697.616	2.836.902	1.697.616
Passivo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.114.409	2.594.751	5.114.409	2.594.751
Total	5.114.409	2.594.751	5.114.409	2.594.751

Hedge accounting – Valor justo

Atualmente, a Companhia adota o hedge de valor justo para algumas de suas operações em que ambos os saldos (instrumentos de *hedge* e os itens cobertos) são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Operações e efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Dívida	Derivativos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Mensuração inicial	(2.457.196)	-	(2.457.196)
Amortização de juros	56.688	(16.551)	40.137
Valor justo	(194.243)	122.642	(71.601)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.594.751)	106.091	(2.488.660)
Mensuração inicial	(1.731.500)	-	(1.731.500)
Amortização de juros	217.668	55.314	272.982
Valor justo	(1.005.826)	730.734	(275.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.114.409)	892.139	(4.222.270)

26 Eventos subsequentes

Captação de debênture e resgate antecipada de debênture

Em 22 de fevereiro de 2019, a Companhia exerceu o direito de resgate antecipado facultativo do instrumento particular de escrita da 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante de principal de R\$ 500.000 e, simultaneamente, emitiu, no mesmo montante, a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia, nos termos da instrução da comissão de valores mobiliários nº 476.